

☰ AMEAÇA DE GREVE DE  
CAMINHONEIROS NO  
DIA 01/02/2021

# Informe Estratégico AMEAÇA DE GREVE DE CAMINHONEIROS NO DIA 01/02/2021 - Posicionamento da Findes

## Histórico

Os caminhoneiros pararam no dia 21 de maio de 2018 para exigir uma redução nos preços do óleo diesel - que haviam subido mais de 50% nos 12 meses anteriores. A principal reivindicação era que os impostos incidentes sobre o combustível, como PIS e Cofins, fossem reduzidos ou eliminados. Exigiam também a criação de uma tabela mínima de valores de frete.

Ao longo da greve, motivações políticas de matizes diferentes foram expostas. A paralisação gerou bloqueios parciais nas principais rodovias do país e foi gerada crise de abastecimento de combustíveis, matérias-primas e produtos essenciais, como alimentos.

Após um acordo entre alguns representantes da categoria e o governo, e a entrada em cena do Exército para desbloquear vias e garantir o abastecimento aos diversos setores afetados, o movimento refluiu. Um decreto GLO (de Garantia da Lei e da Ordem) foi publicado, dando poder de polícia às Forças Armadas para desbloquear rodovias federais e, eventualmente, estradas estaduais e municipais, se solicitados por governadores e prefeitos. O Supremo Tribunal Federal (STF) deu aval à remoção de manifestantes que estivessem bloqueando vias ou protestando nos acostamentos das pistas. Também autorizou a aplicação de multas de até R\$ 10 mil para os que fizessem bloqueios e de R\$ 100 mil para entidades que organizassem esse tipo de ação.

De lá pra cá, o governo federal aprovou e editou a lei 13.703/2018, a ANTT publicou e vem atualizando a tabela de frete dela decorrente e retomou o diálogo com o setor de transporte rodoviário de cargas através do Fórum Permanente para o Transporte Rodoviário de Cargas (FMTRC).

Nos últimos dias, o governo incluiu os caminhoneiros no grupo prioritário para a vacinação contra o coronavírus, reduziu o imposto de importação sobre pneus e estuda a isenção de PIS e Cofins sobre os combustíveis. A última tabela de fretes mínimos da ANTT foi divulgada no dia 19/01/2021, sendo que os novos valores resultaram em aumentos variando de 2,34% a 2,51%, dependendo do tipo de operação de carga. Na semana passada, a Petrobrás anunciou alta de 4,4% no preço do Diesel.

## Sobre a categoria

A categoria é considerada pulverizada, de diversas matizes políticas, e conta com diversas lideranças disputando seu controle ou pelo menos alguma hegemonia. Há diferenças de interesses entre autônomos e transportadoras e também segmentação de acordo com a carga transportada (granéis agrícolas e minerais, carga geral, etc.).

Dentre essas lideranças, têm-se destacado a Associação Brasileira de Condutores de Veículos Automotores (Abrava), que foi uma das lideranças do movimento de greve em 2018, o Conselho Nacional de Transportadores de Cargas (CNTRC), a Associação Nacional de Transporte no Brasil, e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes e Logística (CNTTL), que está orientando os 800 mil motoristas de sua base a aderirem à paralisação.

Apesar de o Sindicato dos Petroleiros ter declarado adesão, não se identificou nenhuma ação concreta sua na operacionalização da greve.

No Espírito Santo, o Sindicato de Empresas Transportadoras de Cargas e Logística (Transcares) é a representação mais expressiva, não se destacando uma entidade mais representativa dos autônomos.

A mobilização tem sido feita principalmente através de vídeos distribuídos pelo WhatsApp.

## Reivindicações

As principais reivindicações da categoria podem ser resumidas pela lista divulgada pelo CNTRC e que tem dez itens:

- Implementação do piso mínimo para o frete, estabelecido na lei 13.703/2018, a ser regulamentado em tabela divulgada pela ANTT. O piso é objeto de Ações Diretas de Inconstitucionalidade movidas pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).
- Revogação do artigo 10 da resolução 5879 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que suspende obrigações relacionadas ao Código de Identificação de Operação de Transporte (CIOT) para parte dos profissionais.
- Críticas ao BR do Mar, programa do governo federal, já aprovado na Câmara, que busca incentivar a navegação de cabotagem no país.
- Mudança na Política de Preço de Paridade de Importação (PPI), estabelecida pela Petrobras em 2016. Pela política, os preços dos combustíveis são revisados uma vez por mês, tendo como parâmetro os valores praticados no mercado internacional.

- Contra a contratação direta dos profissionais, "para evitar abuso do poder econômico".
- Direito de aposentadoria especial para caminhoneiros, que foi alterado na Reforma da Previdência.
- Pela aprovação do Marco Regulatório do Transporte, o PLC 75/2018, que está em análise no Senado.
- Contra a falta de aplicação das regras de jornada de trabalho, incluindo horários de repouso.
- Discussão das resoluções 701/2017 e 499/2015, do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), que estabelecem requisitos de segurança para o transporte de produtos siderúrgicos e de cargas de sólidos a granel.
- Fiscalização "mais atuante" da ANTT.

As reclamações mais veementes, em vídeos que circulam no WhatsApp, são sobre a alta nos preços do diesel e de alimentos, o reajuste insuficiente na tabela frete (2,51%) e a falta de fiscalização de sua aplicação pela ANTT.

## Clima

A ANTB defende que os caminhoneiros não façam carregamentos e fiquem em casa ou, então, que permaneçam parados em postos de gasolina. Segundo a Abrace, não há consenso de que a paralisação, agora, seja a melhor solução.

O clima entre governo e representantes de caminhoneiros piorou com o aumento de 4,4% no preço do diesel, anunciado semana passada pela Petrobras e lamentado por membros do próprio governo. Há consenso de que a insatisfação da categoria é generalizada, mas a mobilização se mostrou fragmentada e frágil.

Da parte do governo federal, o Ministério da Infraestrutura, através do ministro Tarcísio de Freitas, tem liderado as conversas com os caminhoneiros e tem monitorado a mobilização e avalia que não há clima para paralisações no momento.

O Minfra ameaçou aplicar multas pesadas aos caminhoneiros que viessem a fechar rodovias, o que contribuiu para desestimular a participação. A pandemia com seus efeitos negativos sobre toda a sociedade também desestimulou a organização.

A CNI continua monitorando também toda a movimentação e, apesar da insatisfação da categoria, confia no diálogo para evitar paralisações.

Até o meio da manhã de hoje, 01/02/2021, segundo a Polícia Rodoviária Federal, não havia paralisações ou bloqueios no Espírito Santo e a maioria dos pouquíssimos pontos de protesto pela país afora já haviam sido desmobilizados.

## Ações preventivas

A Findes recomenda equilíbrio e diálogo no trato do tema. Entende, entretanto, que não pode ser permitido o fechamento de rodovias com o consequente impedimento de circulação de veículos de passageiros e de cargas, o que prejudica a toda a sociedade.

Entende também que o momento é de voltar às negociações através de uma AGENDA POSITIVA, cujos principais pontos, inclusive a serem retomados através de medida provisória que o governo está pretendendo editar, são:

- Peso por eixo; a sugestão é de suspensão das multas até que novas normas regulamentadoras do assunto sejam colocadas em vigor.
- Contratação direta via Documento de Transporte Eletrônico (DTE).
- Instalação de pontos de parada.

A Findes continuará atenta e manterá seus afiliados informados sobre os desdobramentos futuros.

A ANTB defende que os caminhoneiros não façam carregamentos e fiquem em casa ou, então, que permaneçam parados em postos de gasolina. Segundo a Abrace, não há consenso de que a paralisação, agora, seja a melhor solução.

O clima entre governo e representantes de caminhoneiros piorou com o aumento de 4,4% no preço do diesel, anunciado semana passada pela Petrobras e lamentado por membros do próprio governo. Há consenso de que a insatisfação da categoria é generalizada, mas a mobilização se mostrou fragmentada e frágil.

Da parte do governo federal, o Ministério da Infraestrutura, através do ministro Tarcísio de Freitas, tem liderado as conversas com os caminhoneiros e tem monitorado a mobilização e avalia que não há clima para paralisações no momento.

O Minfra ameaçou aplicar multas pesadas aos caminhoneiros que viessem a fechar rodovias, o que contribuiu para desestimular a participação. A pandemia com seus efeitos negativos sobre toda a sociedade também desestimulou a organização.

A CNI continua monitorando também toda a movimentação e, apesar da insatisfação da categoria, confia no diálogo para evitar paralisações.

Até o meio da manhã de hoje, 01/02/2021, segundo a Polícia Rodoviária Federal, não havia paralisações ou bloqueios no Espírito Santo e a maioria dos pouquíssimos pontos de protesto pela país afora já haviam sido desmobilizados



Romeu Rodrigues

*Engenheiro Mecânico pela UFMG e Mestre em Engenharia de Produção pela UCAM*

Especialista do Conselho de Infraestrutura e Energia da Defesa de Interesses da Indústria  
Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (Findes)

